

Resolução sobre a ação reivindicativa

Valorizar as condições de exercício da profissão. Retomar a escola pública. Lutar por um Ensino de Qualidade.

A nova maioria construída na AR após as eleições legislativas permitiu a criação de um clima político propício à obtenção de resultados em torno de reivindicações pelas quais os trabalhadores em geral - e naturalmente também os docentes - lutaram insistentemente, contra significativos e graves recuos num conjunto largo de direitos, mesmo naqueles que se pensava definitivamente adquiridos, tais como o direito ao salário contratualmente definido.

Sabemos porém que mesmo nestes “novos tempos” a proposição, a ação e a luta não são dispensáveis. A obtenção de resultados decorrentes da aprovação pela Assembleia da República ou pelo governo PS apoiado pela nova maioria PS, BE, PCP e PEV, como a revogação da PACC, a revogação do sistema de requalificação, o fim do recrutamento de docentes através da BCE, o fim dos exames nacionais no 4º e 6º ano de escolaridade, do exame de Inglês PET, dos cursos vocacionais; a reposição integral dos salários em 2016 bem como a eliminação da sobretaxa de IRS até 2017, já reduzida em 2016 e da CES para os docentes aposentados, (tudo isto) deverá estimular a participação de cada vez mais docentes, cientes de que outras vitórias são possíveis.

Neste contexto a FENPROF, no seu XII Congresso Nacional decide um conjunto de orientações para a ação, assentes na reafirmação da Escola Pública e na Valorização da Profissão.

Reafirmação da Escola Pública, como espaço essencial à defesa duma educação democrática, plural, inclusiva e de qualidade para todos, necessitando para o efeito de recuperar as condições de trabalho que tem vindo a perder, fragilizada por medidas como a extinção da gestão democrática, a constituição de mega-agrupamentos, a redução ou eliminação de recursos indispensáveis ao seu funcionamento, o empobrecimento das respostas educativas e formativas, entre outras.

Valorização da profissão de Docentes e Investigadores, qualquer que seja o setor e a entidade onde exercem a profissão, elegendo como prioritária a ação e a luta em torno dos seguintes objetivos: estabilidade de emprego e combate à precariedade; revisão, ainda em 2016, do atual regime de concursos nele incluindo uma norma que transponha, adequadamente, a diretiva comunitária 1999/70/CE, de 28 de junho e a sua aplicação a todas as áreas do sistema educativo em que a mesma não conheceu qualquer transposição para a lei nacional; efetiva melhoria das condições de trabalho,

nomeadamente ao nível dos horários; regularização de todas as situações de carreira e o seu descongelamento em 2017 no quadro dos estatutos em vigor e das respetivas tabelas salariais; alteração ao regime de aposentação aos 36 anos de serviço, admitindo-se uma situação intermédia, decorrente de negociação.

No Ensino Particular e Cooperativo, defender a negociação coletiva no setor privado de forma a assegurar a melhoria das condições de trabalho e o respeito pelo exercício da profissão neste setor; exigir a efetiva intervenção da ACT e da IGE nos estabelecimentos de Ensino Particular, IPSS de forma a garantir a salvaguarda dos direitos dos docentes.

Ainda, no âmbito da Administração Pública, lutar contra o desmantelamento da Caixa Geral de Aposentações, pela valorização das pensões de aposentação e reforma e pela atualização anual de salários e pensões e contra a privatização da ADSE.

Para alcançar estes objetivos propõe-se que o XII Congresso aprove um conjunto de ações e iniciativas que vão desde a realização de debates e conferências para construir e/ou aprofundar posições, ou aprovar propostas para negociação, como: a 4ª Conferência Nacional do Ensino Superior e Ciência; a 2ª Conferência Nacional de Docentes Aposentados; a Conferência Nacional do Ensino Particular e Cooperativo; um Encontro Nacional para debate sobre as orientações curriculares para a Educação Pré-Escolar; um Encontro Nacional sobre a formação de professores, a concretização de iniciativas destinadas a promover a inclusão em espaço escolar; a promoção de uma Campanha Nacional em defesa da Gestão Democrática para as Escolas, a realização, em 5 de Outubro (Dia Mundial dos Professores), de uma iniciativa nacional que assinale os 50 anos da aprovação da Recomendação conjunta UNESCO/OIT sobre o estatuto dos professores.

Apresentação ao governo e/ou à Assembleia da República de propostas e posições sobre matérias de negociação que concretizem soluções para matérias como horários e condições de trabalho, concursos e vinculação, afirmação e reforço dos direitos sindicais, envolvendo e mobilizando os docentes para a defesa das suas justas reivindicações.

A nossa ação reivindicativa continuará a ser articulada com o empenho nas lutas desenvolvidas pelo movimento sindical unitário e nas ações de âmbito internacional nos diversos quadros em que intervimos.

Viva o XII Congresso Nacional dos Professores! Viva a FENPROF!

Anabela Delgado

Secretariado Nacional

Lisboa, 30 de abril de 2016